

Patrimônio industrial: algumas questões em aberto

*Beatriz Mugayar Kühl**

Industrial Heritage: some open issues

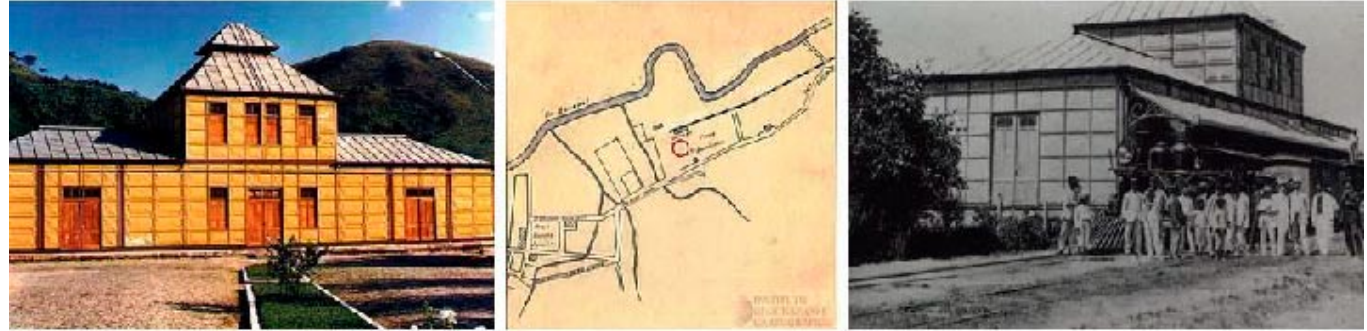
* Arquiteta formada pela FAU-USP (1988), com especialização e mestrado em Preservação de Bens Culturais pela Katholieke Universiteit Leuven (1989-92), Bélgica, doutorado pela FAU-USP (1993-6) e pós-doutorado pela Università degli Studi di Roma "La Sapienza" (2001-5). Desde 1998 é professora do Dep. de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU-USP, no qual se dedica às disciplinas de História da Arquitetura e de Preservação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. É autora dos livros *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo* (1998) e *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro* (2009), este último, fruto da tese de livre-docência defendida em 2006. E-mail: bmk@usp.br.

RESUMO: No texto são abordadas questões relacionadas ao patrimônio industrial, iniciando-se pelas próprias definições relativas à arqueologia industrial e ao patrimônio industrial e suas implicações do ponto de vista teórico-metodológico na conformação de um campo temático necessariamente interdisciplinar. Depois, são tratados temas ligados à preservação, analisando-se as razões pelas quais bens culturais são preservados e a consequência disso para bens resultantes do processo de industrialização.

Palavras-chave: patrimônio industrial, preservação, restauração.

ABSTRACT: This paper deals with questions related to industrial heritage beginning with the proper definitions of industrial archeology and industrial heritage and their theoretical and methodological implications in the setting of a multidisciplinary thematic field. Special attention is given to preservation issues by examining the reasons for architectural heritage preservation and the relation of this process with the preservation of industrial architecture.

Keywords: industrial heritage, preservation, restoration.



Imagens:

1-Estação Ferroviária de Bananal. Foto de Cláudio Laranjeira. Fonte: vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/misc/50bananal.htm. Acesso: 24/03/10.

2-Croqui de localização de marco de coordenadas geográficas.Marco municipal na praça da Estação- junho de 1941. (Acervo Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo). Fonte: http://www.igc.sp.gov.br/HistArqHist/croquis/croq_bananal.htm. Acesso: 24/03/10.

3-Estação Ferroviária de Bananal e locomotiva original “Tereza Cristina” nos anos 20. Fonte: <http://ricardo.lrnogueira.blog.uol.com.br/images/BananalEstacao.jpg>. Acesso: 24/03/10.

¹ As colocações foram feitas na conferência proferida em 17.06.2009, durante o II Encontro Nacional sobre Patrimônio Industrial, organizado pelo TICCIH-Brasil e Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

Neste texto, pretende-se evidenciar alguns problemas relacionados ao patrimônio industrial: apesar do aumento do número de estudos, publicações e encontros científicos sobre o tema, malgrado a multiplicação de análises monográficas sobre indústrias e as experiências de intervenções nesses bens, não ocorre, em medida equivalente, uma reflexão aprofundada sobre conceitos, metodologia, princípios de preservação e esforços interdisciplinares de síntese que levem a um conhecimento mais amplo do próprio processo de industrialização. Esta análise conflui com recentes formulações feitas por José Manuel Lopes Cordeiro¹, ao evidenciar que a crescente criação de museus da industrialização não é acompanhada de um incremento na reflexão sobre problemas museológicos e museográficos ligados a esses esforços. Parece que se está diante de um acúmulo quantitativo de experiências, sem haver um proporcional salto qualitativo no debate e na compreensão do tema.

Sempre foram vários os tópicos que geraram vivos debates sobre esse tema, como, por exemplo, a própria definição de “arqueologia industrial” e de “patrimônio industrial”, o recorte cronológico, os bens a que se referem, a conformação ou não de uma disciplina e os problemas de preservação. Apesar de se ter atingido certo amadurecimento em algumas definições, a produção recente caracteriza-se por informações em excesso, que não têm resultado, de maneira proporcional, no aprofundamento do conhecimento.

A preocupação com o legado do processo da industrialização, apesar de já aparecer no século XIX, tornou-se mais sistemática a partir dos anos 1960, catalisada, em especial, pela destruição de edifícios significativos – caso da Bolsa de Carvão e da Estação Euston em Londres, no início dos anos 1960, e

do Mercado Central de Paris, no início dos anos 1970² –, o que acabou por acirrar as discussões e promover iniciativas de preservação. A arqueologia industrial, tema que passa por discussões incipientes na Inglaterra na década de 1950³, é alvo de estudos cada vez mais numerosos ao longo das décadas que se seguiram, associados a um vivo debate historiográfico. Aquela que é considerada a primeira definição na Grã-Bretanha foi elaborada em 1962 por um membro da Inspeção de Monumentos Antigos, que caracterizou como monumentos industriais as estruturas, em especial do período da Revolução Industrial, que ilustram processos industriais, incluindo os meios de comunicação (RAISTRICK, 1973: 2). Já em 1963, Kenneth Hudson alarga mais o campo de estudo e enuncia: “arqueologia industrial é a descoberta, registro e estudo dos resíduos físicos de indústrias e meios de comunicação do passado” (HUDSON, 1976: 21). Outra definição que mantém aspectos atuais é a de Angus Buchanan:

“[...] arqueologia industrial é um campo de estudo relacionado com a pesquisa, levantamento, registro e, em alguns casos, com a preservação de monumentos industriais. Almeja, além do mais, alcançar a significância desses monumentos no contexto da história social e da técnica. Para os fins dessa definição, um ‘monumento industrial’ é qualquer relíquia de uma fase obsoleta de uma indústria ou sistema de transporte, abarcando desde uma pedreira de sílex neolítica até uma aeronave ou computador que se tornaram obsoletos há pouco. Na prática, porém, é útil restringir a atenção a monumentos dos últimos duzentos anos, aproximadamente [...]” (BUCHANAN, 1972: 20-1).

Seguiram-se numerosas propostas, e a Carta de Nizhny Tagil, documento do TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage), de 2003, é uma síntese amadurecida dessas definições feitas ao longo de várias décadas, transparecendo uma visão abrangente do problema:

“O *patrimônio industrial* compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

“A *arqueologia industrial* é um método interdisciplinar que estuda todos os vestígios, materiais e imateriais, os documentos, os artefatos, a estratigrafia e as estruturas, as implantações humanas e as paisagens naturais e urbanas, criadas para ou pelos processos industriais. A arqueologia industrial utiliza os métodos de investigação mais adequados para aumentar a compreensão do passado e do presente industrial.

“O *período histórico* de maior relevo para este estudo estende-se desde os inícios da Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XVIII até os nossos dias, sem negligenciar suas raízes pré e proto-industriais. [...]”⁴.

2

Para mais informações e bibliografia complementar, ver KÜHL, 2009: 40-2.

3

A expressão “arqueologia industrial” aparece em Portugal ainda no século XIX – num estudo de Francisco de Souza Viterbo, de 1896, sobre moinhos –, apesar de ela ser consagrada somente a partir de meados do século XX, através de debates travados inicialmente na Grã-Bretanha. Ver POZZER, 2007: 209-18.

4

Consulta no sítio do TICCIH (www.ticcih.org; acesso em 7/12/2005). Agradeço a Manoela Rufinoni pela versão em português da Carta, cuja tradução é de José Manuel L. Cordeiro.

Em relação a essas definições sucessivas, é necessário evidenciar alguns pontos. Inicialmente, o recorte cronológico, que nas primeiras definições era centrado no período da chamada “Revolução Industrial” na Grã-Bretanha. Verificou-se que havia diversidade de períodos de industrialização entre os vários países, além de se ter plena consciência de que existiam atividades industriais anteriores ao século XVIII, havendo ainda dificuldade em estabelecer limites precisos entre atividades artesanais e industriais. Desse modo, alargou-se o período de estudos, apesar de a ênfase recair de meados do século XVIII em diante.

Outro ponto a ser discutido é o próprio uso da palavra “arqueologia”, tema de numerosas controvérsias ao longo das décadas de 1970 e 1980, pois certos autores contestavam seu emprego a esse propósito, questionando a pertinência para casos em que não fosse necessário o emprego de métodos da arqueologia “tradicional” (em especial escavações) e em que não existissem testemunhos materiais da atividade produtiva. Mas a arqueologia industrial pode ser entendida de maneira ampla, como enfatiza Hudson, que evidenciou a largueza semântica da palavra “arqueologia”, associando-a a fases passadas de manifestações humanas⁵. A expressão tornou-se de uso consolidado e recebeu definição mais atualizada e precisa na Carta de Nizhny Tagil, que caracteriza a arqueologia industrial como “método interdisciplinar”, e não mais como “disciplina” autônoma. Afasta-se, assim, das polêmicas dos anos 1970-1980, quando houve tentativas de criação de cursos de graduação, com a conseqüente proposta de definir-se a figura profissional do “arqueólogo industrial” (RAISTRICK, 1973: 8).

⁵ O autor relembra a definição de O. G. S. Crawford: “Arqueologia é meramente o passado de antropologia. Refere-se a ‘fases passadas da cultura humana’ (HUDSON, 1976: 17). Essa abordagem é retomada por Annette Laumon, a qual sugeriu que, para a compreensão dos termos, se voltasse à etimologia – *archaios* + *log(o)ia* –, que registra a origem da palavra no grego, podendo ser interpretada como a ciência ou estudo do passado (LAUMON, 1985: 109).

A arqueologia industrial calca-se nos referenciais teórico-metodológicos de vários campos do saber; não possui referenciais que lhe sejam específicos, a saber, formulações teórico-metodológicas que digam respeito unicamente ao legado da indústria. Assim, não é uma disciplina autônoma; configura-se como vasto campo temático que exige a articulação de várias disciplinas, não sendo possível formar uma figura profissional que domine todos os instrumentos necessários. Quando se fala de patrimônio industrial, pressupõe-se que estudos tenham sido feitos e os bens que possuem interesse para a preservação tenham sido identificados. Na prática, porém, as expressões têm sido empregadas como sinônimos, prevalecendo uma ou outra, dependendo do ambiente cultural.

Um ponto importantíssimo é o próprio objeto dos estudos: todas as definições englobam também as unidades de produção de energia, a sistematização dos meios de transporte e todo o complexo de elementos relacionados à fábrica, e não apenas o local de produção em si. Isso se dá pelo fato de esses dados serem considerados essenciais para a compreensão do processo de industrialização em sua

inteireza, a que almejam os estudos dessa temática. Ademais, o interesse volta-se também aos produtos do processo de industrialização, o que, no que concerne às edificações, implica que construções pré-fabricadas sejam também consideradas patrimônio da industrialização, a exemplo de mercados, igrejas, teatros, pavilhões, caixas-d'água e viadutos.

Se tem ocorrido maior clareza nas definições, não se pode dizer que tenha havido avanço igual no aprofundamento do conhecimento. Retoma-se a formulação inicial: estudos monográficos sobre complexos industriais ou sobre determinadas tipologias (ou conjuntos de tipologias) têm sido constantes e vêm-se multiplicando exponencialmente, algo verificável nas atas das numerosas reuniões científicas dos anos 1990 e 2000. Estudos interdisciplinares que aprofundem, porém, a questão da inserção desses bens no espaço, ao longo do tempo, e suas relações com a estruturação da cidade ou do território, sua articulação com aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, não têm sido, absolutamente, explorados na mesma medida. É necessário, portanto, retomar questões de método para permitir essa articulação. Se, por um lado, é importante fazer estudos por tipologia de atividade produtiva, e também por produtos, por este ser um universo de estudos demasiado vasto, por outro, é essencial retomar as discussões metodológicas para estabelecer linhas temáticas que possibilitem indagações que aprofundem tanto aspectos específicos da questão (arquitetura ferroviária, por exemplo), quanto análises mais abrangentes, envolvendo de maneira articulada campos como a história (econômica, social, da arquitetura etc.), a sociologia, a antropologia e o restauro, de modo que se torne possível uma compreensão mais efetiva dos vários aspectos vinculados ao processo de industrialização e de seu legado de interesse para a preservação. O problema é que a tão decantada interdisciplinaridade não aparece com frequência na produção científica: temos assistido a “monodisciplinaridades”, no plural, e não a verdadeiros estudos interdisciplinares.

Note-se ainda que, apesar de a Carta de Nizhny Tagil mencionar todo o complexo de atividades e de equipamentos que dão suporte às indústrias – incluindo a produção de energia e os meios de transporte, seus produtos e os locais onde se dá a sociabilidade –, as atividades sociais, em si, não são mencionadas de maneira explícita como patrimônio (imaterial).

Por fim, outro tema a ser realçado é o fato de, não obstante os vários textos ligados ao patrimônio industrial citarem a importância de preservar esses complexos, não fazem menção de como fazê-lo. A Carta de Nizhny Tagil remete aos documentos do ICOMOS-UNESCO, em especial à Carta de Veneza e à Carta de Burra, mas não aprofunda o tema. Nem menciona o fato de os documentos terem *status*

diferente na instituição; a primeira, aprovada em Assembleia Geral e documento-base da instituição, a segunda, documento do ICOMOS-Austrália, não ratificado na Assembleia Geral e com definições, no que respeita ao restauro, contraditórias em relação à Carta de Veneza (também por isso a de Burra não é carta ratificada na Assembleia Geral).

Sintomático é ainda o fato de as numerosas intervenções dos últimos anos serem raramente discutidas à luz dos princípios que deveriam reger as ações nos bens culturais⁶, limitando-se, na maioria das vezes, à descrição do novo projeto, sem mencionar – e fundamentar – alterações feitas e possíveis destruições, que podem ser necessárias, mas sempre de maneira pontual e justificada. Ou seja, um tema essencial tem sido pouco debatido: as formas de intervir nesses bens de maneira que sejam realmente preservados e que se respeite aquilo que os caracteriza, por meio de processos de manutenção, conservação e restauração. É imprescindível discutir essas questões com base nos referenciais teórico-metodológicos e técnico-operacionais próprios à restauração, encarando a intervenção como verdadeiro ato de cultura, que se afasta de interesses imediatistas e de setores restritos da sociedade.

Os aspectos teóricos e técnico-operacionais da restauração são fruto de um longo processo – com origens no século XV e que se acelera a partir de meados do século XVIII –, em que se verificaram numerosas experiências práticas, elaborações teóricas, feitura de inventários e de leis voltadas à tutela, que acabaram por caracterizar o restauro como campo disciplinar autônomo – mas jamais isolado, pois necessita da articulação de vários campos do saber –, em especial, com base nas formulações de Alois Riegl, no início do século XX. Os preceitos teóricos do restauro são relacionados diretamente com aquilo que motiva a preservação, a saber, as razões de cunho cultural, pois o interesse volta-se para aspectos estéticos, históricos, memoriais e simbólicos dos bens; de cunho científico, pelo conhecimento que os bens transmitem nos vários campos do saber, tanto as humanidades, quanto as ciências naturais; de cunho ético, por não se ter o direito de apagar testemunhos considerados relevantes de gerações passadas e privar o presente e o futuro da possibilidade de conhecimento daquilo de que os bens são portadores.

Tendo-se consciência das razões por que se preserva, as questões de ordem prática (de uso, econômicas etc.), que estão sempre presentes, deixam de ser únicas e prevalentes (como ocorria antes), e passam a ter caráter indicativo, concomitante, mas não determinante. São empregadas como meios de preservar, mas não como a finalidade, em si, da ação. Desse modo, é possível circunscrever mais adequadamente uma série de problemas que sempre surgem nas intervenções; um exemplo, no caso

⁶ Foram feitas buscas sistemáticas em catálogos eletrônicos disponíveis na Internet (pelos temas “arquitetura industrial”, “arqueologia industrial”, “patrimônio industrial”, “arquitetura ferroviária”, sempre associados à “preservação”), em especial, no Canadian Heritage Information Network (www.bcin.ca), com o qual colaboram as principais bibliotecas de preservação. Foram examinadas 337 referências; desses textos, apenas três dezenas abordavam o tema fazendo relação com as teorias de restauro. Foram também analisadas publicações sobre transformações de edifícios industriais, de janeiro de 1997 a dezembro de 2004 (nas revistas *AU*, *Projeto*, *The Architectural Review*, *Architecture d’Aujourd’hui*, *Architektur Innenarchitektur Technischer Ausbau*, *Arquitettura Viva*, e *Domus*), sendo examinados 108 artigos, não se encontrando neles menções a aspectos teóricos do restauro. Para referências completas, ver KÜHL, 2009: 299-324.

do restauro arquitetônico, é o uso, essencial para a sobrevivência das obras, mas o fato de ser encarado como meio, e não como fim, tem implicações muito relevantes no projeto. Do mesmo modo devem ser enfrentadas questões, também relevantes, como a criatividade no restauro e a inserção de elementos contemporâneos em edifícios e contextos de interesse para a preservação, de modo que se atue a serviço do bem a ser preservado, e não em seu detrimento.

Um ponto correlato diz respeito à consciência adquirida de que qualquer ação num bem cultural depende da apreensão que um presente histórico faz dele; as respostas que oferecem dependem das questões formuladas, que variam ao longo do tempo. A ação possui, portanto, pertinência relativa, que é algo diverso de ser impertinente. Daí a necessidade de atuar de modo prudente, embasado numa via deduzida de princípios éticos e científicos⁷ (derivados das razões de se preservar), e não mais partir, de maneira empírica, unicamente do objeto, como ocorria no século XIX, por exemplo, em que se acreditava que a obra por si só daria todas as respostas, válidas atemporalmente.

Essa visão por via deduzida, que depois se volta ao objeto em suas especificidades, permite que o significado do bem para uma dada sociedade, sua inserção no espaço e no tempo sejam efetivamente respeitados. Ainda é comum, porém, ouvir, em relação à arquitetura do ferro, por exemplo, que, pelo fato de ser composta por elementos pré-fabricados (sendo sua montagem e desmontagem relativamente fáceis), não tem sentido falar em sua preservação no contexto, pois esses bens foram concebidos para ser deslocados⁸. Partindo-se, de modo empírico, unicamente de sua lógica construtiva, seria possível argumentar sobre seu deslocamento. Mas, seguindo o caminho apontado pela preservação na atualidade (após muitos séculos de experiências e debates), através de uma via deduzida de princípios éticos, culturais e científicos que motivam o ato de preservar, esse tipo de raciocínio não faz sentido, pois qualquer obra arquitetônica, não importa a técnica utilizada em sua feitura, relaciona-se com o espaço (e com a sociedade) em que está inserida, é elemento participante das transformações ali ocorridas ao longo do tempo, por vezes provocando mudanças profundas, e é parte integrante da percepção de uma dada realidade. O que seria, por exemplo, de Bananal sem a sua estação, de São Paulo sem o Viaduto Santa Ifigênia, de Paris sem a Torre Eiffel?⁹ O que importa não é unicamente a lógica do objeto em si, mas como esse objeto insere-se e é apreendido numa dada realidade – historicamente estratificada – física, cultural, social, cultural etc.

Os instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operacionais da restauração – que são aplicáveis na prática¹⁰ – têm, pois, o objetivo de fazer com que os bens sejam usufruídos no presente e trans-

⁷ Sobre esse aspecto foram essenciais as formulações de Cesare Brandi (BRANDI, 2004).

⁸ Convém enfatizar que nem todas as construções pré-fabricadas foram feitas para contextos indistintos; ao contrário, muitas foram concebidas para sítios específicos, a exemplo das pontes Maria Pia e Dom Luís, no Porto.

⁹ Sintomático é o fato de nas decisões e resoluções da Carta de Veneza, no Documento 13, denominado “Resolução Relativa à Preservação da Maison du Peuple em Bruxelas”, os participantes solicitam que as autoridades belgas façam o que estiver a seu alcance para evitar a demolição daquela obra-prima de Victor Horta, relevante testemunho da arquitetura do ferro, que acabou por ser destruído, mas teve algumas de suas partes desmontadas e guardadas. Ver texto no sítio do ICOMOS (www.international.icomos.org/publications/hommeDecin.pdf).

¹⁰ Equador e México, por exemplo, têm alcançado resultados de enorme interesse.

mitidos ao futuro da melhor maneira possível – com pleno respeito pelos seus aspectos materiais, documentais e de conformação, pelas suas várias estratificações e pelas próprias marcas da passagem do tempo –, sem desnaturá-los nem falseá-los, de modo que possam, de fato, continuar a exercer seu papel primordial: ser documentos fidedignos e, como tal, servir como efetivos suportes do conhecimento e da memória coletiva. Por isso, qualquer intervenção deve ser justificada do ponto de vista das razões por que se preserva.

Referências bibliográficas

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia (SP): Ateliê, 2004.

BUCHANAN, R. Angus. *Industrial Archaeology in Britain*. Harmondsworth (GB): Penguin, 1972.

HUDSON, Kenneth. *Industrial Archaeology. A New Introduction*. 3. ed. Londres: Baker, 1976 [1963].

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. Cotia (SP): Ateliê/Fapesp, 2009, p. 40-2.

LAUMON, Annette. Tribulations d'une expression en France. In: *L'étude et la mise en valeur du patrimoine industriel*. Paris: CNRS, 1985, p. 109-11.

POZZER, Guilherme Pinheiro. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade*. Dissertação (Mestrado). Campinas (SP): IFICH-Unicamp, 2007.

RAISTRICK, Arthur. *Industrial Archaeology. An Historical Survey*. Frogmore (GB): Paladin, 1973, p. 2.